

DOSSIÊ

# O DISCURSO DAS MULHERES FOTOJORNALISTAS:

## Desequilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade como apelo profissional

Copyright © 2018  
SBPjor / Associação  
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

NATHÁLIA CUNHA DA SILVA

Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo - SP, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1102-0974>

ELIZABETH MORAES GONÇALVES

Universidade Metodista de São Paulo até 2017, São Paulo - SP, Brasil

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8316-9172>

DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n1.2018.1056>

**RESUMO** – O artigo objetiva compreender como as mulheres fotojornalistas percebem a maternidade dentro da profissão na contemporaneidade por meio de um estudo sobre a influência cultural e histórica dos papéis atribuídos de gênero na atuação e desenvolvimento feminino no fotojornalismo paulistano. A metodologia empregada é qualitativa, com uso de entrevista do tipo semiaberta. As entrevistas foram realizadas com nove mulheres que têm o fotojornalismo como principal atividade, com relações de trabalho formais e informais, divididas em três grupos etários. Para este texto foram selecionadas apenas as falas em que as entrevistadas faziam referência ao papel de mãe e profissional. O procedimento de análise seguiu uma abordagem discursiva, com subsídios teóricos na Análise do Discurso de linha francesa. Os resultados apontam a influência dos papéis atribuídos aos gêneros sobre a configuração de barreiras simbólicas que atrelam a permanência na carreira à exigência de um desequilíbrio entre trabalho remunerado e a maternidade.

**Palavras-chave:** Fotojornalismo. Condição feminina. Gênero. Análise do discurso. Práticas profissionais.

### EL DISCURSO DE LAS MUJERES FOTOPERIODISTAS: desequilibrio entre trabajo remunerado y maternidad cómo apelo profesional

**RESUMEN** – El artículo objetiva comprender cómo las mujeres fotoperiodistas perciben la maternidad dentro de la profesión en la contemporaneidad por medio de un estudio sobre la influencia cultural e histórica de los roles socialmente asignados de género en la actuación y el desarrollo de mujeres en el fotoperiodismo de la ciudad de Sao Paulo. La metodología empleada es cualitativa, con uso de entrevista del tipo semiabierta. Se entrevistó a nueve mujeres que actúan en el fotoperiodismo, con relaciones de trabajo

formales o informales. Ellas han sido divididas en tres categorías de edad. Para este texto se seleccionaron sólo las palabras en las que las entrevistadas se referían al papel de madre y profesional. Los resultados apuntan a la influencia de los papeles atribuidos a los géneros sobre la configuración de barreras simbólicas que atreven la permanencia en la carrera a la exigencia de un desequilibrio entre trabajo remunerado y maternidad.

**Palabras clave:** Fotoperiodismo. Condición femenina. Género. Análisis del discurso. Prácticas profesionales.

## **THE PHOTOJOURNALIST WOMEN'S SPEECH: imbalance between paid work and maternity as a professional appeal**

**ABSTRACT** – The article aims to understand how women photojournalists perceive maternity within the profession in the contemporary world through a study about the cultural and historical influence of the social attributed gender roles on the access and development of women photojournalists in São Paulo city. The methodology used is qualitative, with the use semi-structured type interviews. The interviews were conducted with nine women who have photojournalism as their main activity, with formal and informal working relationships and divided into three age groups. For this text were selected only the lines in which the interviewees referred to their mother and professional role. The analysis procedure followed a discursive approach, with theoretical subsidies in French Speech Analysis. The results point to the influence of the gender roles on the configuration of symbolic barriers that imply the permanence in the career to the requirement of an imbalance between paid work and maternity.

**Key words:** Photojournalism. Female condition. Gender. Speech analysis. Professional practice.

### **1 Introdução**

(1) Quando ela [a filha] era pequena eu tinha uma empregada que dormia em casa. Então isso facilitou bastante! E daí no plantão de final de semana, a empregada estava de folga no final de semana, aí eu deixava com a minha irmã. Final de semana que eu estava de folga, ficava comigo. Final de semana que eu estava de plantão, ficava com a minha irmã que é casada, mas não tem filhos e é madrinha da minha filha. Aí acabava ficando com ela. Entendeu? Então, foi tranquilo (Eve, 54 anos, fotojornalista<sup>1</sup>).

Este relato de Eve nos inspirou a escrever este artigo com o objetivo central de levar à reflexão as dificuldades entre o contexto produtivo da profissional e a maternidade. Consideramos esse caso emblemático, pois Eve incorporou com tamanha naturalidade os desafios de ser mãe e de ser fotojornalista que julgou “tranquilo” o processo de criar a filha enquanto viajava com frequência para cobrir jogos de futebol, mesmo que nesse período tenha necessitado da ajuda de outras mulheres.

A naturalização da necessidade de cumprir uma dupla jornada de trabalho para as mulheres é fruto da forte carga histórica e cultural calcada no enquadramento funcional dos gêneros.

A construção dos estereótipos de gênero busca caracterizá-los não apenas como diferentes, mas também radicalmente opostos em seus comportamentos, atividades e espaços de pertencimento legítimos. A perspectiva androcêntrica posiciona as mulheres como “naturalmente” predispostas ao espaço privado, do cuidado dos filhos e da família, em atividades desvalorizadas e invisibilizadas socialmente pelo entendimento do cumprimento do estereótipo do seu gênero, enquanto aos homens está reservado o espaço público, onde as decisões políticas acontecem. Eles ficam envolvidos em atividades produtivas que geram rendimentos valorizados perante a sociedade capitalista (Bourdieu, 2014; Lipovetsky, 1997).

Nessa mesma perspectiva, o reconhecimento social da imprensa como instância de mediação do âmbito público, durante o segundo jornalismo descrito por Ciro Marcondes Filho (2000), culminou com a afirmação da dominância masculina sobre a imprensa. Já a assimilação da fotografia pela imprensa, ao longo das três revoluções delimitadas por Jorge Pedro Souza (2004), se apropriou dessa prerrogativa existente, somada ao florescimento do fotojornalismo durante as guerras envolvendo as potências industrializadas no século XIX, e reforçou a formação do estereótipo da atividade como masculina ao reconhecer as qualidades “essenciais” atribuídas ao gênero como prerrogativas para sua prática, a exemplo da virilidade, objetividade e dedicação à produção de capital produtivo. A configuração do fotojornalismo, vinculada fundamentalmente à produção de capital produtivo, é de grande relevância por embutir em sua cultura profissional um apelo ao desequilíbrio entre os âmbitos público e privado, com o desenvolvimento de rotinas intensas e imprevisíveis de trabalho.

A fala de Eve, transcrita acima, dentre outras, faz parte de uma pesquisa exploratória mais ampla sobre a influência cultural e histórica dos papéis atribuídos de gênero sobre o desenvolvimento de mulheres dentro do fotojornalismo paulistano, na qual se aplicou a técnica da entrevista semiaberta (Duarte, 2006), com nove mulheres fotojornalistas. As profissionais foram selecionadas levando-se em consideração a dedicação exclusiva à atividade profissional, o tipo de vínculo de trabalho (formal e informal) e a faixa etária, que abrangeu mulheres de 25 a 60 anos, distribuídas

em três faixas etárias: de 25 a 35 anos, com quatro entrevistadas; de 36 a 49, com três participantes; e de 50 a 60 anos, com duas fotojornalistas entrevistadas. O contato com as profissionais ocorreu inicialmente por meio de pesquisa em grandes veículos jornalísticos e, posteriormente, por indicações feitas pelas próprias profissionais, considerando os critérios já mencionados.

Para este artigo foram selecionadas as falas das profissionais que estabeleciam vínculos entre a maternidade e o exercício da profissão, numa abordagem discursiva, procurando evidenciar as pistas deixadas no texto dos estereótipos da formação, do gênero, enfim, as marcas sociais e históricas, com subsídios teóricos na Análise do Discurso de linha francesa.

Apesar dos séculos que separam a entrada das primeiras mulheres no mercado de trabalho, a partir do século XIX, desde a revolução industrial até as trabalhadoras atuais, persistem discursos enraizados socialmente que localizam o papel feminino vinculado ao equilíbrio produtivo e da maternidade, sem que elas consigam se livrar completamente do peso das obrigações domésticas e do cuidado, enredadas em discursos que as posicionam como predisposições do estereótipo do seu gênero (Lipovetsky, 1997). Tais disposições são a gênese da divisão sexual do trabalho que hierarquiza atividades produtivas pelo valor social atribuído a elas, destinando as de maior reconhecimento e prestígio aos homens, enquanto as mulheres ficariam majoritariamente incumbidas das atividades menos relevantes, visto que sobre elas paira o estereótipo de mão de obra secundária, mais propensa a afastamentos pela sua forte vinculação com a esfera doméstica (Abramo, 2007).

Somente a partir dos anos 1970, o trabalho feminino começa a adquirir legitimidade social. Entre os fatores-chave para essa mudança social de valorar o trabalho feminino estão a educação, tanto básica como superior, e a expansão do setor terciário (Lipovetsky, 1997, pp. 221-224). De modo semelhante, a ocupação maciça das mulheres dentro do jornalismo no Brasil aconteceu a partir da mesma década, se intensificando ao longo dos anos 1980 e 1990, sobretudo motivada pela via da qualificação profissional acompanhando a ampliação dos cursos de jornalismo oferecidos. Apesar de carregar os valores centrais de imparcialidade e objetividade, o jornalismo não está imune às relações de poder inerentes às relações sociais e preserva redutos de cobertura de forte dominância masculina, como na ocupação dos quadros profissionais dedicados à cobertura visual.

Sobre a ocupação recente das redações, uma pesquisa realizada em âmbito nacional, pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), aponta que 63,7% dos jornalistas brasileiros eram mulheres em 2012. Um dos pontos destacados foi o fato de as profissionais pertencerem majoritariamente à faixa de 23 a 30 anos de idade, com 48% do contingente total de mulheres, enquanto a partir de 31 a 40 anos a quantidade de profissionais cai para 21,9%, e depois de 41 a 50 anos para 11,1%, até chegar a 8% no grupo acima dos 51 anos (Mick e Lima, 2013, p. 33). Os números indicam que uma das possibilidades para o contingente de mulheres cair, a partir dos 31 anos, esteja relacionado com a maternidade, e nas dificuldades que elas encontram para se reinserirem no mercado de trabalho jornalístico.

## 2 Estereótipo e gênero

A formação dos estereótipos sociais está ligada, primeiramente, à defesa do gênero como a interpretação cultural de apenas um sexo natural, que inscreve as mulheres dentro da função reprodutiva, mais emotiva; logo, irracional e predisposta ao cuidado dos filhos e do ambiente doméstico. Enquanto aos homens atribui-se a racionalidade, objetividade e o pertencimento ao espaço público. A lógica essencialista alimenta todo um sistema que busca normalizar e interiorizar as divisões sexuais, como radicalmente opostas, a partir da “perspectiva androcêntrica” (Butler, 2015). Desta forma, as atividades femininas recebem uma conotação inferior às masculinas, inseridas “naturalmente” nas carreiras de maior valorização social.

Podemos entender os estereótipos sociais como a forma com que são atribuídos sentidos aos diferentes grupos, sem que, necessariamente, estes sejam negativos. Para Walter Lippmann (2008, p. 96), os estereótipos seriam imagens mentais que auxiliam os indivíduos a compreender e se situar no mundo, a partir da sua inscrição social. Um mundo que oferece conforto daquilo que é familiar ao indivíduo, que reúne e ajusta suas esperanças e onde qualquer inconformidade causaria um abalo em suas estruturas. Admite-se, assim, que nenhum estereótipo é neutro, pois “são as fortalezas da nossa tradição, e atrás de nossas defesas podemos continuar a sentir-nos seguros na posição que ocupamos” (Lippmann, 2008 p. 97).

Em uma visão complementar, Agnes Heller (1998) defende que os estereótipos são formas de ultrageneralização do saber, inevitáveis na vida cotidiana, pois auxiliam na sua organização e fluxo. De modo contrário, a necessidade de pensar cada uma das ações cotidianas interromperia a continuidade da vida. O processo pelo qual os estereótipos são formados é descrito pela autora:

De duas maneiras chegamos à ultrageneralização característica de nosso pensamento e de nosso comportamento cotidianos: por um lado, assumimos estereótipos, analogias e esquemas já elaborados; por outro, eles nos são “impingidos” pelo meio em que crescemos e pode-se passar muito tempo até percebermos em atitude crítica esses esquemas recebidos, se é que chega a produzir-se uma tal atitude (Heller, 1998, p. 44).

Desse modo, os estereótipos são formados e reproduzidos na dinâmica social, e a contestação ou não aceitação de certas analogias está condicionada a experiências pessoais, levando a não validação ou desconfiança de que algumas dessas premissas podem ser falsas. Os estereótipos, ou ultrageneralizações, são juízos provisórios, pois quando não encontram comprovação prática, ou quando desafiados, tendem a ser modificados na atividade social ou individual (Heller, 1998).

A problemática, em relação aos gêneros sociais, acontece no momento em que os estereótipos, de tão arraigados, encobrem necessidades individuais ao generalizar um grupo de sujeitos. No caso dos gêneros, os estereótipos são, predominantemente, utilizados para o controle sobre os corpos das mulheres, limitando as suas possibilidades sociais, econômicas e cidadãs.

### 3 Divisão dos papéis sexuais

As estruturas estabelecidas de gênero não são prejudiciais apenas para mulheres, mas para todos os que possuem corpos sexuados. Tal concepção, como argumentado por Butler (2015), está enraizada no ideal androcêntrico, que embute nas regras performativas de gênero os espaços sociais a serem ocupados pelos gêneros, o que se reflete em uma divisão sexual do trabalho.

Pierre Bourdieu (2014, p. 12) defende que a dominação masculina, e o modo como ela é imposta e vivenciada, resulta de uma violência simbólica. Segundo a sua definição, a violência simbólica seria aquela “[...] violência suave, insensível às suas próprias vítimas,

que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (Bourdieu, 2014, p. 12). Entretanto, o simbólico não deve ser entendido como irreal, ou puramente espiritual, pois as suas consequências existem e são sentidas cotidianamente.

O funcionamento dessa economia de trocas simbólicas, segundo Bourdieu (2014, p. 138), atribui esferas participativas diferentes para os gêneros, baseadas na distinção entre capital simbólico e capital produtivo. Dentro da lógica capitalista, as atividades que não são fonte de remuneração são estigmatizadas como improdutivas e desvalorizadas socialmente, enquanto as atividades remuneradas são consideradas produtivas, responsáveis por movimentar a economia. As mulheres ficariam responsáveis pela manutenção do capital simbólico, aquele que visa a reforçar os laços sociais, vínculos de parentesco, o *status* da família; enquanto aos homens cabe a responsabilidade pelo capital produtivo, que é entendido como aquele que gera riqueza por meio do trabalho relevante socialmente.

A distribuição de tarefas entende a existência de atividades mais significativas e merecedoras de reconhecimento que outras. E, sobre isto, Bourdieu (2014, p. 88) atribui o crivo fundamental da participação masculina e a conseqüente associação com as suas características “essenciais” para determinar quais trabalhos serão entendidos como “superiores” do ponto de vista social. Assim, aos homens cabem todas as atividades associadas à objetividade, racionalidade e virilidade, entendidas como compatíveis a profissões ditas qualificadas, e, em oposição, às mulheres seriam atribuídos os trabalhos “sem qualificação”, associados à sua emotividade e passividade.

O que se observa é que as mulheres nunca foram ociosas, ou improdutivas, mas, na maior parte do tempo, suas atividades eram relegadas à invisibilidade, naturalizada pelo entendimento de que estavam cumprindo o seu papel biológico. O trabalho das mulheres dado gratuitamente à família, envolto em uma aura de amor beneficente, e, por isso, rotulado como improdutivo, encontra ainda hoje materialidade significativa na divisão sexual do trabalho empresarial e doméstico.

As mulheres sempre trabalharam, e a maior parte das sociedades conhecidas destinam os cuidados das crianças e as demandas domésticas invariavelmente a cargo delas, entretanto, a

forma de valorar socialmente as atividades femininas e equilibrar os espaços doméstico e público são os fatores que mais se modificam. O trabalho feminino nas sociedades pré-industriais era intensamente desejado, como parte integrante do funcionamento econômico familiar. Até mesmo o casamento funcionava como uma relação de parceria, que exigia o trabalho produtivo de cada um dos cônjuges. Apesar da parceria conjugal para o trabalho, o estatuto social das mulheres permanecia subordinado aos homens, como um domínio social, político e simbólico dos machos. Tais características compõem os pressupostos que cercam a primeira mulher, destacada por Lipovetsky (1997, pp. 228-229): a mulher depreciada.

A partir do século XIX, o processo de industrialização demanda grande quantidade de mão de obra para o seu crescimento, o que favorece a extensão do trabalho feminino assalariado. De forma geral, sobre o trabalho da mulher casada sempre pesou um estatuto subalterno, que não poderia atrapalhar o papel fundamental de mãe e esposa, e nem ser superior ao papel do homem, uma vez que o trabalho não poderia constituir parte da sua identidade e realização, estatuto ocupado somente pela família. Observa-se que a participação das mulheres fora do âmbito familiar, próprio ou dedicado a outras famílias, e a remuneração por um trabalho fabril, provoca o acirramento da ideia de que existiria uma contradição entre feminilidade e trabalho, ao menos do tipo semelhante ao masculino.

Houve assim, segundo explica Lipovetsky (1997, p. 202), a partir do século XIX, a disseminação dos ideais burgueses por meio de discursos que desvalorizavam a atividade produtiva feminina, invocando seu papel materno, sua instabilidade emocional e as atividades domésticas como sua vocação natural e agregadora da família. O ideal feminino da primeira mulher cede, gradativamente, lugar ao surgimento da segunda mulher. A tradicional cultura, depreciativa das características entendidas como femininas, abre espaço para sua sacralização, sem, no entanto, abolir a hierarquia social dos sexos: “o poder do feminino continua a ser unicamente relegado para os campos do imaginário, dos discursos e da vida doméstica” (Lipovetsky, 1997, p. 231).

A industrialização trouxe consigo não apenas a mudança no caráter produtivo da sociedade, mas também possibilitou a produção em série de bens, os quais lotaram um mercado que precisava dar vazão à sua comercialização. A saída encontrada,

sobretudo inicialmente nos EUA, foi o desenvolvimento de ferramentas que estimulassem o consumismo da população. Os apelos publicitários direcionados às mulheres acabaram por estimular o seu individualismo, e a fragilização do ideal sacrificial que cercava, até então, a dona de casa.

As promessas sedutoras do consumismo não colocaram fim à retórica da boa mãe e esposa, mas provocaram uma mistura dos dois conceitos que representaram o trampolim para sua superação. A partir da década de 1970, a atividade feminina remunerada alcançou novo *status* social. Antes tido como uma necessidade financeira, vinculado à pobreza e à sombra da devassidão sexual, a atividade feminina passou a ser encarada como um caminho para a autonomia econômica e social, abertura para realizar escolhas cada vez mais individuais. Sobre este processo em curso, Lipovetsky (1997, pp. 223-224) resume:

O reconhecimento social do trabalho feminino traduz o reconhecimento do direito a uma “vida própria” e à independência econômica, no seguimento de uma cultura que celebra quotidianamente a liberdade e o bem-estar individual. Espiral dos referenciais individualistas, que levou as mulheres a denunciarem o trabalho doméstico como alienação e sujeição ao homem, e os próprios homens a reconhecerem a legitimidade do trabalho feminino remunerado como instrumento de autonomia e de auto-realização.

A terceira mulher, caracterizada como uma “mulher indeterminada” por Lipovetsky (1997), rompe com as demais que a sucederam à medida que se liberta das imposições severas para a sua conformação de gênero e passa a ser influenciada fortemente pela carga histórica associada à sua atividade. A formação do estereótipo feminino transita, aos poucos, da antiga objetividade condicionante do papel da mulher - que deveria se anular frente às necessidades familiares e domésticas - para uma subjetividade que realoca a condição feminina em novos ideais de mulher e campos de poder. Uma mulher trabalhadora, mas que deve dar conta dos afazeres domésticos, da educação e cuidado dos filhos, em uma mescla das esferas pública e doméstica, cujas consequências interferem na sua apropriação do espaço profissional (Bourdieu, 2014; Lipovetsky, 1997).

#### 4 Olhar discursivo

Olhar discursivamente para uma manifestação linguageira implica em observar as condições de produção e entendê-la como uma prática social de um sujeito imerso em uma cultura e sociedade, por ela determinada. Trata-se de uma experiência discursiva que se dá na e pela linguagem. Portanto, quando nos propomos a buscar as narrativas das fotojornalistas que compõem o *corpus* deste nosso estudo não estamos olhando para as estruturas convencionais do texto, estamos, na verdade, mais interessados na ação de narrar, no narrador ou no “ponto de vista”, para usar a terminologia de Rabatel, (2016, p.17): “é preciso que nos interessemos pelo [...] *Homo Narrans*, tal como existe no e pelo discurso, a atualização discursiva sendo o lugar de uma construção e de uma transformação, por intermédio das interações dialógicas, que vão além da produção de estruturas profundas”.

Tornamo-nos, de certo modo, como diz Milton José Pinto (2002, p. 26) “detetives socioculturais”, quando buscamos as pistas deixadas no texto que revelam a sociedade na qual os enunciadores se inserem e na qual a enunciação se desenvolve.

No processo enunciativo, o primeiro traço a ser observado é o *ethos* ou a imagem do sujeito impregnada no discurso, como parte desse mesmo discurso. Tomando a noção de *ethos* desenvolvida por Maingueneau (2008), apoiando-se nas teorias de Oswald Ducrot:

Não se trata de afirmações elogiosas que o orador pode fazer a respeito de sua pessoa no conteúdo do seu discurso, afirmações que correm o risco, ao contrário, de chocar o auditório, mas da aparência que lhe conferem a cadência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos... Em minha terminologia, direi que o *ethos* está associado a L, o locutor enquanto tal: é na medida em que é fonte da enunciação que ele se vê revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável (Maingueneau, 2008, p. 59).

Dessa forma, o enunciador deve ser visto a partir de um contexto interativo que implica a articulação de papéis, de gêneros, de lugares e de momentos da enunciação e da circulação do enunciado, da imagem que o enunciador faz de si mesmo e da imagem que faz do outro e do mundo que o cerca, de seus valores e crenças, ou como ensina Pêcheux (1969 apud Gadet e Hak, 1997, p. 82): “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio

lugar e do lugar do outro”. Assim o locutor ou enunciador antecipa a imagem do seu receptor e constrói seu discurso tendo em vista essa representação antecipada.

## **5 Os discursos da busca do equilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade**

Manter o equilíbrio entre trabalho remunerado e maternidade é uma temática que influi na forma como as fotojornalistas projetam as suas vidas. O ideal das entrevistadas de alcançar reconhecimento profissional foi, majoritariamente, representado pela abertura para cobrir temáticas de “maior fôlego”, modo como elas comumente se referem às matérias de grande profundidade de apuração e acompanhamento. A relação estabelecida neste caso é indicativa da longa trajetória que elas precisam percorrer para se provarem competentes dentro da atividade, visto a associação das coberturas em profundidade estarem reservadas a uma elite experiente. As mulheres tendem a postergar a maternidade em favor do reconhecimento profissional, a exemplo das entrevistadas para este estudo que tiveram seus filhos na faixa etária próxima aos 30 anos de idade, e somente uma delas atuava contratada de um jornal quando deu à luz e conseguiu regressar à profissão, as demais começaram na área somente após terem sido mães e seus filhos alcançarem uma idade de maior autonomia. Entre as entrevistadas que são mães, os relatos mostram a dificuldade em conciliar a prática com a maternidade e o acúmulo de trabalho decorrente. A fotojornalista Eve, 54 anos, cujo relato abre este artigo (1), estava contratada em um jornal quando teve a sua filha e, segundo a sua visão, a maternidade não atrapalhou a sua carreira.

Para conseguir continuar cumprindo a carga horária requerida pelo fotojornalismo, incluindo plantões aos finais de semana e viagens somadas à dedicação usual, a repórter visual precisou montar uma rede de outras mulheres para ocupar o seu lugar dentro das disposições reservadas ao gênero feminino. Dentro do seu discurso, não há menção da participação do pai de sua filha e do seu compromisso em dividir os deveres no cuidado com a família, recaindo sobre ela a maior parte das obrigações. Percebe-se, assim, que a maternidade ainda permanece

caracterizada em grande medida como uma responsabilidade preponderantemente feminina e que, na ausência da mãe, o cumprimento das suas tarefas pode ser desempenhado por outras mulheres, igualmente enquadradas como predispostas ao cuidado doméstico e das crianças. Contar com a manutenção de uma empregada em tempo quase integral e com o auxílio da irmã de Eve foram fatores extremamente relevantes para sua manutenção dentro da atividade, motivo que pode ter contribuído para que ela se afastasse menos do trabalho e não fosse julgada pelos colegas e superiores por ser mãe. Eve faz uma avaliação positiva do seu papel de profissional que inclui a função de mãe. Ela julga que seu interlocutor – o entrevistador – também a avalia da mesma forma, tal o esforço que ela fez ao buscar todo um conjunto de mulheres à sua volta para dar conta da tarefa de cuidar da filha, assimilando o traço cultural de que tal papel social cabe à mulher. O acúmulo de trabalho, a correria e a sobrecarga se manifestam em um discurso ansioso pelo texto composto de uma sequência de frases fragmentadas, quase sem tempo para a respiração.

As outras duas mães entrevistadas para a pesquisa, Andrea e Anna, ambas com 43 anos de idade, estão na faixa etária de 36 a 49 anos, e iniciaram a carreira de fotojornalistas depois de terem filhos. Elas também são as únicas a trabalhar exclusivamente para agências fotográficas. A opção se deve, principalmente, pela flexibilidade de horários possibilitada pelo vínculo informal e a facilidade de optar por cobrir pautas que mais se encaixam no seu perfil de interesse temático e de dedicação. A entrevistada Andrea, 43 anos, sempre sonhou em se tornar fotojornalista, encaminhando a sua vida para esse objetivo, e a maternidade significou postergar um pouco o seu plano, pelo reconhecimento da imprevisibilidade de horário das coberturas que decidiu cobrir:

(2) Eu comecei na agência fotográfica, porque eu sempre quis ser fotojornalista, mas eu tive que esperar o meu filho crescer porque, como eu nunca trabalhei com carteira assinada, e sou uma entusiasta e sou a favor do trabalho autônomo, então eu tive que esperar meu filho crescer para estar mais disponível para a rua, porque uma pauta nunca tem uma, um tempo exato, né, ela pode durar cinco minutos como ela pode durar uma eternidade, e quando você tem um filho, e quando ele é pequeno, as regras, né, horários definidos, porque criança precisa disso, de segurança.

A visão de Andrea, 43 anos, sobre a atuação autônoma tem relação com a ideologia de se tornar empreendedora do próprio

trabalho, podendo ter maior controle sobre a negociação da sua produção e de conseguir controlar a sua dedicação profissional de acordo com o seu objetivo de vida. A falta de horários regrados e a grande dedicação necessária são premissas do fotojornalismo, apontadas por Andrea, 43 anos, que dificultam o equilíbrio entre trabalho remunerado e a maternidade. A questão financeira também pesa negativamente em sua opinião, pois a falta de regulamentação das agências fotográficas sobre o valor mínimo negociado pelo licenciamento de imagens gera uma grave desvalorização profissional, culminando com a precarização da atividade. O contexto de baixa remuneração a sobrecarrega de trabalho para conseguir reunir condições de garantir a subsistência da família, precisando complementar renda por meio da dedicação em outras áreas mais valorizadas da fotografia, como cobertura de casamentos.

O discurso de Andrea revela uma insegurança, a divisão entre o filho e o trabalho. Ela diz preferir um trabalho autônomo, mas na verdade é porque precisa de tempo livre para cuidar do filho, e o trabalho com vínculo não possibilitaria essa liberdade. Por outro lado, essa opção parece não ter trazido a remuneração almejada. Enfim, o discurso de Andrea revela a instabilidade social e profissional na qual a entrevistada parece estar imersa.

A instabilidade profissional ainda é reforçada pela configuração cultural do estereótipo do fotojornalismo, que seria contraditória em relação ao estereótipo feminino de fragilidade, emotividade, falta de competitividade, fazendo com que a cultura profissional construída desestimule a participação feminina. A fotojornalista Anna, 43 anos, alega que o fato de ser mãe interfere na forma com que seleciona as pautas que irá cobrir:

(3) Eu seleciono [as pautas]. Eu gosto de ir em manifestação, mas eu não vou porque minha filha, de 13 anos, quando viu que o menino tomou o tiro no olho, lá em 2013, ela falou para mim “mãe, promete para mim que você nunca vai, porque eu não quero ver você perder a visão”, então eu não vou, às vezes eu dou uma escapada e vou, mas saio rápido, entendeu? É, quando dá o babado eu já estou fora. Porque, eu acho que, tem gente que faz, que gosta, mas eu não faço pela minha filha, porque, se acontece alguma coisa comigo, numa manifestação, ela vai ficar mal, entendeu? Mas eu gosto.

Anna tem uma fala marcadamente dividida entre a filha e a atividade profissional. O texto revela sua divisão e caracteriza um discurso dúbio, sempre procurando justificar para o seu interlocutor a própria imagem que faz de si, um *ethos* assumidamente frágil.

A visível proteção da filha de Anna é compreensível por ter sido marcada por um incidente ocorrido com um colega da mãe, que perdeu a visão de um olho atingido por uma bala de borracha disparada pela polícia. Por outro lado, o medo supostamente desencadeado pelo episódio que está presente no discurso de Anna vem ao encontro de um reforço de um estereótipo antigo que posiciona historicamente o fotojornalismo como uma profissão arriscada, e o receio ainda estende essa percepção ao espaço público, palco das manifestações políticas e das decisões relevantes socialmente, âmbito historicamente negado à participação legítima feminina.

A mudança para o segundo jornalismo, dividido por Marcondes Filho (2000, p. 48) de 1830 até meados de 1900, é marcada socialmente por uma mudança cultural na forma de encarar a imprensa como instância de mediação do âmbito público, cuja importância vai abrir caminho para a expansão e auto sustentação da imprensa.

A mudança cultural de mediação também será a gênese do estereótipo da dominância masculina sobre a imprensa, pois o estereótipo feminino construído e reforçado socialmente é incompatível com o domínio público. Apesar da posterior e gradativa apropriação das mulheres sobre o mercado de trabalho, a questão de tornarem-se mediadoras legítimas do âmbito público irá ser reconfigurada ao longo do tempo, mas ainda influenciando no preenchimento dos quadros profissionais do jornalismo até os dias atuais.

Adicionalmente, dentro da história do fotojornalismo, o desvelamento da sua vocação noticiosa ficou marcado pela cobertura de guerras, conhecidas como temáticas das primeiras reportagens fotográficas publicadas (Sousa, 2004). Apesar de a história do fotojornalismo, ao longo de suas três revoluções destacadas por Jorge Pedro Sousa (2004), mostrar que a atividade irá se distanciar cada vez mais do emprego da fotografia chocante (cobertura de ocasiões dramáticas que recorrem à sensibilidade, explorando a emoção) para dar mais lugar à fotografia de *glamour* (de celebridades), da fotografia como ilustração e do institucional (Sousa, 2004, p. 201). O estereótipo da profissão ainda persiste em grande medida e ainda causa o afastamento de muitas mulheres da prática pela falta de identificação com o pertencimento dentro do espaço público.

A especialista Anna busca um equilíbrio profissional ao tentar conciliar a sua vontade à realização profissional de cobrir manifestações, ao que ela confessa gostar, com o receio dos perigos contidos no espaço público, utilizando a estratégia de cobrir os atos até antes que os confrontos entre manifestantes e/ou com a polícia aconteçam.

Entretanto, como fotojornalista ela sabe que cobrir os possíveis conflitos ocorridos nas manifestações também é essencial e faz falta para a sua cobertura, motivo que pode comprometer a sua imagem profissional frente à agência em que atua. Dentro da profissão, a informalidade é vista pelas profissionais como a principal opção de ingresso e portadora de maior flexibilidade para conciliar a dupla jornada de trabalho requerida às mulheres, entretanto ela também é caracterizada pelas entrevistas como fonte maior de instabilidade social, financeira e profissional.

Tais indicativos encontrados pela pesquisa são apontados como uma tendência mundial pelo estudo pioneiro intitulado “*The State of News Photography: The Lives and Livelihoods of Photojournalists in the Digital Age*”, que buscou investigar as condições atuais de trabalho entre fotojornalistas de mais de 100 países. O levantamento apontou, entre outras conclusões, que a indústria do fotojornalismo se caracteriza pela falta do vínculo empregatício, encontrado em 60% das respostas. Entretanto, para as mulheres esse índice alcança 86%, o que indica, correspondentemente, que elas estão menos propensas a serem contratadas em grandes companhias de mídia, o que aconteceu em apenas 7% dos casos analisados, comparado a 22% dos homens (Hadland, Campbell, e Lambert, 2015, p. 54).

Dentre as profissionais entrevistadas também houve o reconhecimento da dificuldade de contratação de mulheres pelos veículos jornalísticos, a situação ainda seria agravada pelo contexto de porosidade informativa, em que os veículos vivem uma reorganização de modelo de negócio, demandando corte de despesas, enxugamento das redações e propiciando o crescimento e fortalecimento das agências fotográficas como alternativas para coberturas complementares de baixo custo.

## 6 Os discursos da prioridade profissional

A questão da instabilidade econômica presente em grande medida na profissão influencia as mulheres mais jovens a postergarem os planos de maternidade, como no caso de Tarsila, 26 anos, atuante como prestadora de serviços para diversos veículos:

(4) Eu tenho medo mesmo e algumas vezes eu penso “caramba, e se eu quiser ter um filho?”, porque eu não tenho nem, tipo, aposentadoria, né? Eu não tenho nem poupança! Minha conta, eu só uso débito, porque eu não sei quanto que eu vou ganhar tal dia.

O receio em relação à sua autonomia financeira motiva Tarsila, assim como outras, a colocar o crescimento e a dedicação à carreira em primeiro lugar em suas vidas, na expectativa de conquistar melhores condições de trabalho no futuro, ainda em uma visão incerta. O texto reticente, elaborado com interrogações e exclamações, é típico de um discurso ansioso, preocupado, instável como o de Tarsila, revelando toda a situação social e econômica da profissão e do país na atualidade.

O plano de vida de Tarsila acompanha a tendência atual das mulheres com maior tempo de estudo de postergarem a maternidade, para depois dos 30 anos, para primeiro investir na carreira, se estabilizar economicamente na carreira e só depois ter filhos. Os discursos das fotojornalistas da faixa etária mais jovem, de 25 a 35 anos, evidenciam o apelo profissional direcionado a incentivar a disponibilidade exclusiva à carreira como distintivo para o seu crescimento profissional, como no caso de Margarida, 27 anos:

(5) Não quero ter filhos, talvez lá pelos 40 anos. Mas eu não teria sido chamada para trabalhar no jornal se não tivesse essa flexibilidade de horários que eu tenho. Para a viagem para Recife me ligaram de manhã perguntando se eu poderia fazer uma mala para um carro passar para me pegar a tarde para ir para o aeroporto. Se eu tivesse filhos não daria para fazer isso, teria que ver com quem deixar, não poderia aceitar na hora. Me ligam perguntando se posso entrar mais cedo ou mais tarde, e eu procuro colaborar, não tenho problemas em cumprir horários. Tenho dedicação exclusiva ao jornal.

O discurso de Margarida, que atua contratada em um veículo jornalístico, evidencia que ela não descarta a possibilidade de ser mãe, mas que a maternidade seria associada dentro da cultura profissional como falta de comprometimento.

O reconhecimento dela, em relação à sua aceitação como a única mulher que integra a equipe do jornal, sob a condição de apresentar uma dedicação exclusiva, transparece mais uma faceta da estrutura androcêntrica que rege a atividade baseada em incentivar um desequilíbrio entre a esfera doméstica e pública. O discurso de Margarida revela total prioridade do empregador e submissão a ele, apagando seus objetivos individuais ou fazendo coincidir seus objetivos com os da empresa – o que tem sido uma constante na contemporaneidade: o jovem se sente realizado em servir, o *ethos* do servidor, do colaborador.

Dar prioridade à construção da carreira em detrimento da família não está presente apenas entre as profissionais mais jovens, pois a maior parte das fotojornalistas entrevistadas não tem filhos. Entretanto, a decisão de abrir mão da maternidade não significa necessariamente não ter a vontade de ser mãe, mas que ter filhos seria enredá-las em obrigações familiares que as afastariam da dedicação necessária à prática, espelhada na dedicação “natural” dos homens à produção de capital produtivo. A decisão pela maternidade poderia significar a necessidade de abandonar a profissão para as fotojornalistas que não quiserem ou puderem contar com outras pessoas para cuidar dos seus filhos, em uma substituição do seu papel atribuído de gênero, como pela convocação de outras mulheres ou mesmo de seus(suas) companheiros(as).

A exigência de cumprir rotinas de dedicação intensas ao fotojornalismo é interpretada como um dos motivos de afastamento das mulheres da atividade, em vista da cobrança social de precisarem equilibrar as esferas produtiva e da maternidade. Além disso, a dedicação intensa ao trabalho representa uma maior produção de capital econômico, ao invés do simbólico, descaracterizando o estereótipo de atividade feminina (Bourdieu, 2014).

## 7 Considerações finais

Com a ocupação histórica do mercado de trabalho pelas mulheres, houve a mistura da produção de capital simbólico e produtivo na apropriação profissional feminina, gerando sobrecarga e o surgimento do estatuto de mão de obra secundária, por não se desvincilharem culturalmente das obrigações provenientes da esfera doméstica (Abramo, 2007;

Bourdieu, 2014; Lipovetsky, 1997). A naturalização da dupla jornada está presente no discurso das fotojornalistas que são mães e evidencia a dificuldade em dividir as responsabilidades de criação e cuidado dos filhos com seus companheiros, uma vez que eles não são citados na partilha das incumbências que recaem ainda com maior peso sobre as mulheres.

Adicionalmente, a análise sobre as relações de trabalho no fotojornalismo aponta a influência dos papéis atribuídos aos gêneros sobre a construção histórica do estereótipo da atividade como reflexo das características masculinas, como virilidade e objetividade, em consonância ao reconhecimento social da imprensa como instância de mediação do âmbito público. Nesse contexto, as mulheres, historicamente vinculadas ao âmbito doméstico e reprodutivo, encontram no estereótipo barreiras simbólicas de desestímulo para a permanência na atividade, uma vez que ela se mostra condicionada à exigência de um desequilíbrio de dedicação direcionado ao trabalho com vistas a alcançar autonomia financeira e reconhecimento. A interpretação sobre as relações entre trabalho e família demonstrou que a grande exigência profissional construída em torno da atividade impõe dificuldade em conciliar as esferas da maternidade e do trabalho remunerado.

Com este artigo espera-se contribuir para o avanço nas pesquisas sobre fotojornalismo, temática que ainda carece de uma maior abordagem sobre a prática dos seus profissionais.

## NOTAS

- 1 A proposta metodológica de aplicação de entrevistas desta pesquisa foi apresentada e aprovada pelo Comitê de Ética da universidade, por meio da Plataforma Brasil e do Ministério da Saúde. A submissão foi realizada para cumprir os cuidados necessários ao investigar pessoas, e em vista dos possíveis riscos de revelar a identidade das fotojornalistas optou-se por substituir os seus nomes por outros fictícios, para também proporcionar maior liberdade de expressarem as suas percepções sobre as suas experiências profissionais.

## REFERÊNCIAS

- Abramo, L. W. (2007). *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado de [www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/pt-br.php).
- Bourdieu, P. (2014). *A dominação masculina* (2a ed.). Rio de Janeiro: BestBolso.
- Butler, J. (2015). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (8th ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Duarte, J. (2006). Entrevista em profundidade. In J. Duarte, A. Barros (Orgs.), *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação* (2a ed., pp. 62–83). São Paulo: Atlas.
- Hadland, A., Campbell, D., e Lambert, P. (2015). *The state of news photography: the lives and livelihoods of photojournalists in the digital age*, (September). Recuperado de <http://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/The State of News Photography.pdf>.
- Heller, A. (1998). Sobre os preconceitos. In *O cotidiano e a história* (pp. 43–63). São Paulo: Paz e Terra.
- Lipovetsky, G. (1997). *A terceira mulher - permanência e revolução do feminino*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lippmann, W. (2008). Estereótipos. In *Opinião Pública* (pp. 96–111). Petrópolis: Vozes.
- Maingueneau, D. (2008). *Cenas da enunciação*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Marcondes Filho, C. (2000). *Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hacker Editores.
- Mick, J.; Lima, S. (2013). *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012*. Florianópolis: Insular.
- Pêcheux, M. (1997). Análise automática do discurso. In F. Gadet, T. Hak. (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michael Pêcheux* (3a ed., pp. 61-161). Editoria da Unicamp.
- Pinto, M. J. (2002). *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos* (2nd ed.). São Paulo: Hacker.

Rabatel, A. (2016). *Homo Narrans - por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa*. São Paulo: Cortez.

Souza, J. P. (2004). *Uma história crítica do fotojornalismo ocidental*. Florianópolis: Letras Contemporâneas.

**Nathália Cunha Da Silva.** Mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com pesquisa na área de Comunicação Midiática nas Interações Sociais, com foco nas relações de gênero dentro da comunicação. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Sob a orientação da Profa. Dra. Marli dos Santos desenvolveu a pesquisa de mestrado mais ampla em que foi extraído um recorte para este artigo. E-mail: nathaliacunhasilva@gmail.com

**Elizabeth Moraes Gonçalves** possui graduação em Letras pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), mestrado em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) de São Paulo e doutorado em Comunicação Social pela UESP. Até 2017 foi professora titular da UESP, no programa de pós-graduação em Comunicação Social. Líder do grupo de pesquisa de Estudos de Comunicação e Linguagem - COLING, a pesquisadora é vice-coordenadora do GT de Comunicação Publicitária da ALAIC. Para esse artigo contribuiu com o aporte de teorias referentes à Análise de Discurso e complementação do estudo das entrevistas. E-mail: bethmgoncalves@terra.com.br

RECEBIDO EM: 31/10/2017 | ACEITO EM: 21/01/2018